Apresentação

Glaucio José Marafon
Lilliam Quirós Arias
Meylin Alvarado Sánchez
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARAFON, G.J., ARIAS, L.Q., and SÁNCHEZ, M.A., orgs. Apresentação. In: *Estudos territoriais no Brasil e na Costa Rica* (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 9-20. ISBN 978-85-7511-499-5. Available from: doi: [10.7476/9788575114995.0001](https://doi.org/10.7476/9788575114995.0001). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/j3jbg/epub/marafon-9788575114995.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Apresentação

O presente livro é fruto da cooperação entre o Instituto de Geografia/PPGEO da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da escola de Ciências Geográficas da Universidade Nacional da Costa Rica (UNA). Essa parceria teve início em 2011, e nesses anos tivemos uma profícua colaboração por meio de visitas técnicas, participação em eventos, publicações em periódicos, além do ingresso de alunos da Costa Rica no Programa de Pós-Graduação em Geografia, para a realização de mestrado e doutorado. Destarte, dando continuidade a essa profícua cooperação, estamos apresentando à comunidade geográfica o presente livro denominado *Estudos territoriais no Brasil e na Costa Rica*, que contém artigos de profissionais das duas universidades – UERJ e UNA –, com resultados de investigações e que revelam um pouco das pesquisas que estão sendo efetuadas nessas instituições.

O livro está estruturado em duas partes, com artigos do Brasil e da Costa Rica. Optamos por deixar os textos, na língua original de cada autor para que possamos nos aproximar cada vez mais e realizar mais trabalhos de forma conjunta, buscando uma maior integração entre nossos países, não sendo a língua um obtáculo.

Na primeira parte, “Estudos territoriais no Brasil”, os autores Monica Sampaio Machado e Thiago Adriano Machado, no capítulo “Considerações sobre as categorias analíticas do espaço geográfico em Milton Santos”, apresentam a trajetória desse intelectual, que pode ser compreendida a partir de dois projetos por ele desenvolvidos: o primeiro era de produzir uma teoria geográfica. Os autores objetivam discutir alguns aspectos da sua teoria geográfica, destacando as categorias analíticas do espaço por ele desenvolvidas. É, então, tecida uma breve periodização da trajetória de Milton Santos, que distingue três principais momentos, por meio dos quais efetiva a sua produção teórica a partir de aproximações sucessivas da relação entre o espaço geográfico e o fenômeno técnico. Isso ocorre, porém, com uma renovada crítica à tradição geográfica, inclusive àquela em que o autor situa seus primeiros trabalhos. Machado e Machado identificam uma primeira fase entre 1948 e 1960, caracterizada pelos seus estudos sobre a Bahia, nos quais predominava a geografia regional de matriz lablachiana, sucedida pelo período do exílio entre 1965 e 1987, em que

operacionaliza os conceitos marxistas para o estudo da urbanização dos países subdesenvolvidos, e, por fim, uma última fase, entre 1988 e 2001, em que sua teoria geográfica atinge a maturidade em profundo diálogo com a temática da globalização.

Para tanto, Milton Santos (1996) propõe pensar a geografia, inserida no quadro mais amplo das ciências da sociedade, a partir da consolidação e delimitação de seu objeto de estudo, o espaço geográfico, elevando-o a ente analítico independente dentro do conjunto das ciências sociais e de extremo valor para a análise e compreensão da sociedade. E, para que o espaço geográfico possa aspirar a ser esse ente analítico, independente e indispensável, é fundamental que “os conceitos e instrumentos de análise apareçam dotados de condições de coerência e operacionalidade” (Santos, 1996, p. 18). Essa tarefa, apesar de estar explícita em *A natureza do espaço*, foi sendo elaborada ao longo de décadas de trabalho do autor, que remontam aos finais dos anos de 1940, a partir do exercício dialético e cumulativo, característico da sua forma de produção de conhecimento.

Sempre pautado na crítica de estudos anteriores que realizava, Milton Santos incorporava novas leituras e observações do mundo empírico que permitiam dar um passo à frente ao tema investigado e, aos poucos, construía sua teoria geográfica. Dessa forma, os autores problematizam a formação de suas categorias analíticas, iniciada com a discussão sobre a Geografia como viúva do espaço, ideia apresentada em *Por uma Geografia nova* (1978), a provocação do autor para ressaltar a crise da Geografia na década de 1970 e a necessidade de pensá-la a partir do seu objeto, o espaço geográfico, como um produto social. Em seguida, buscando discutir e contextualizar essas categorias analíticas na teoria geográfica do autor, será assinalada a centralidade da técnica e sua incorporação ao território nos estudos por ele realizados.

No capítulo “O setor sucroenergético no Brasil: efeitos e contradições”, os autores Matos e Marafon abordam como o Brasil tornou-se, há quase duas décadas, um importante produtor e consumidor de biocombustíveis como alternativa energética, com destaque para o etanol, produzido a partir da cana-de-açúcar. A necessidade de substituição dos combustíveis fósseis por “combustíveis mais limpos” conferiu uma posição de destaque ao etanol brasileiro. Com o mercado promissor, o Brasil tem visto um crescimento das monoculturas de cana-de-açúcar para abastecer o setor sucroenergético para produção de açúcar, álcool anidro (aditivo para gasolina), álcool hidratado e cogeração de energia

(produzida pelo bagaço da cana). Os referidos autores enfatizam que, no início do século XXI, ocorreu uma expansão acelerada do cultivo da cana no território brasileiro devido ao projeto dos biocombustíveis, que a colocou como principal opção na produção de álcool, criando novas paisagens e formas de produção, além de modificar os usos do território, especialmente de oito estados brasileiros. Eles ainda exemplificam esse processo a partir do avanço do setor sucroenergético no estado de Minas Gerais, especificamente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Esse estado, no contexto da política de incentivos por parte do governo federal para expansão da produção dos biocombustíveis, teve um aumento significativo no volume produzido a partir de 2000. Cerca de 9% das 78 milhões de toneladas no Brasil, em 2016, foram produzidas em Minas Gerais, e destes, 6% foram produzidas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Desse modo, o texto apresenta uma reflexão do setor sucroenergético no Brasil, e em Minas Gerais, com atenção especial para as formas de acesso à cana-açúcar.

No capítulo “Na trilha das reservas particulares do patrimônio natural (RPPN): novas interfaces paisagísticas?”, os autores Gonçalves e Marafon abordam como a proliferação de unidades de conservação privadas no espaço rural, demandantes de novas representações paisagísticas, parece se associar aos segundo e terceiro grupos citados anteriormente. Eles defendem que o fenômeno em questão é acompanhado *a priori* de uma dinâmica imobiliária que se caracteriza pela crescente demanda de atores citadinos de médio a alto poder aquisitivo à procura de segundas residências (casas de campo e de veraneio, chácaras e sítios) consorciadas ou não a projetos agroecológicos, os quais incorporam a funcionalidade e a integridade de componentes ecossistêmicos como variáveis de valoração paisagística. A mobilização territorial desses atores citadinos produz novos discursos e significados que, paradoxalmente, promovem uma revalorização qualitativa e temática do espaço rural. Assim, entendem como uma forma de ruralidade a lógica espacial dos *outsiders* urbanos e as relações por eles tecidas no interior dos espaços rurais, inaugurando novos (re)arranjos paisagísticos que têm nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) um de seus componentes. Isso tem induzido a uma nova demanda social por bens e serviços ambientais e de lazer, tais como ecoturismo, paisagens “naturais”, alimentos e artefatos artesanais. Tal procura, oriunda principalmente de moradores de grandes centros urbanos, constitui-se como uma importante variável de reestruturação rural, sobretudo em áreas mais próximas de grandes metrópoles.

No capítulo “Turismo rural: resgatando conceitos e atualizando reflexões” os autores Lima e Marafon apontam como as atividades turísticas no campo desempenham o papel de mais uma fonte de renda para muitas famílias, contribuindo para a manutenção e a reprodução das atividades agrárias. Enfatizam que a preservação e a proteção da natureza, a valorização e a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais e o resgate da memória e da identidade são importantes fatores na mercantilização das paisagens, com a consequente expansão das atividades de turismo e de lazer. Essa realidade já se faz presente nos campos de todos os estados brasileiros, como o caso observado na relação campo-cidade nos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro – em análise nesse texto –, identificando o turismo rural como importante elemento de transformações nas áreas rurais. Destarte, aprofundam a reflexão acerca das atividades turísticas em espaços rurais, resgatando noções sobre como estas se organizam em segmentos para fins de estratégias de planejamento, recurso importante de ser observado na busca pela melhor compreensão do comportamento altamente dinâmico desse complexo fenômeno. Os autores também identificam que a cada dia surgem novos temas sobre o turismo, respondendo ao apelo de impulsos específicos que levam aos deslocamentos e às viagens. Para eles, pensar a segmentação do turismo para além das noções de mercado e de concorrência é um desafio que leva ao esforço de capturar do fenômeno turístico a sua essência, ou seja, o potencial transformador inerente à experiência turística que pode ou não se realizar. Nessa perspectiva, a força transformadora do turismo parece estar mais presente em alguns temas, como é o caso do turismo rural. Assim, as múltiplas concepções sobre o turismo praticado no espaço rural têm tantas vertentes quanto são os recortes possíveis de serem feitos em relação ao que pode ser considerado rural, enriquecendo a diversidade de conceitos e a gama de vivências turísticas. É nesse contexto das relações globais e frenéticas da atualidade que os referidos autores buscam atualizar as reflexões sobre o turismo rural, no enredo do território e do espaço.

No capítulo “A dimensão espacial da atividade turística no território fluminense”, para os autores Nunes e Ribeiro, o turismo, atividade econômica que move milhões de pessoas anualmente pelo mundo, tem no estado do Rio de Janeiro importante recorte espacial de desenvolvimento. A abrangência do setor extrapola a Região Metropolitana e encontra em municípios do interior atrativos capazes de alavancar as economias locais. Nesse sentido, estabelecem

como objetivo do referido capítulo apresentar a dimensão espacial do turismo no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, o mesmo encontra-se dividido em três partes: a primeira procura evidenciar as condicionantes para o desenvolvimento das práticas turísticas nos municípios fluminenses, como o elemento físico ou natural, o elemento histórico e as atividades econômicas, e o papel dos transportes; a segunda parte trata da institucionalização da atividade no estado, partindo da década de 1960, quando são criadas as primeiras empresas públicas voltadas para o setor, abordando ainda os planos, as tipologias e as classificações oficiais desenvolvidas para os municípios fluminenses; e, por último, abordam ainda a categorização desenvolvida pelo Ministério do Turismo para analisar brevemente o processo de consolidação dessa atividade como importante vetor econômico dos municípios de Angra dos Reis, Paraty, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Rio de Janeiro, classificados pela referida instituição como de categoria A. A metodologia utilizada consiste no levantamento bibliográfico acerca do lazer, do fenômeno turístico e sua institucionalização e do processo de ocupação e desenvolvimento econômico dos municípios fluminenses. Dessa forma, para os autores, a dimensão espacial do turismo merece uma profunda reflexão, pois, no estado do Rio de Janeiro, essa atividade tem importância econômica destacada para diversos municípios fluminenses.

No capítulo “Ser ‘carioca’/ser ‘fluminense’: la creación de identidades por las fronteras político-administrativas en el espacio sudamericano”, para Pinheiro da Silva, a criação de identidades territoriais é dada por meio de historicidades espaciais associadas a movimentos político-administrativos e econômicos em tempos e espaços específicos. O autor assinala que uma das características mais marcantes dessas criações é a fronteira, um mecanismo limite e definidor de projetos de políticas territoriais, cujos agentes históricos instituídos devem ser identificados na pesquisa acadêmica das ciências sociais e políticas. Assim, a cidade-estado do Rio de Janeiro, Brasil, tem uma história *sui generis* na criação de suas identidades socioespaciais, expressa não apenas em seus diferentes territórios, mas também em perspectivas antropológicas e sociológicas diferenciadas, com forte impacto no espaço brasileiro. Dessa forma, a construção do “ser ‘carioca’ e ser ‘fluminense’” no país está envolvida em condições espaciais muito diferentes nos seus respectivos territórios, reforçando a ideia de que hoje, contra a metropolização no mundo, as fronteiras territoriais são fluidas. Destarte, para Pinheiro da Silva, entre o estatuto de “cidade real” do Rio de Janeiro, no século XVII, e sua situação geopolítica como a sede do Reino de Portugal, no século

XIX, a sua separação da província do Rio de Janeiro em 1834, seu *status* como Distrito Federal (1891-1960) e de capital de uma unidade federativa (1975), depois mesclando-se após quase 150 anos de separação da província fluminense, as diferentes gestões políticas além fronteiras não impediram que a vida social desses dois fragmentos territoriais mantivesse suas questões geográficas. E essas são questões fundamentais para a compreensão do Rio de Janeiro, hoje, e para os estudos metropolitanos do Brasil.

En la segunda parte, denominada “Estudios territoriales en Costa Rica”, y compuesto por cinco capítulos, Lilliam Quirós Arias, en el capítulo “Políticas Públicas habitacionales: la vivienda social en Costa Rica”, se hace un análisis de las acciones de la política pública costarricense, que atiende las necesidades de vivienda de la población de escasos recursos económicos y su relación con las políticas de ordenamiento territorial. En contexto se plantea, que en el país el crecimiento urbano principal se ubica en el Gran Área Metropolitana (GAM). Con una concentración poblacional, desordenado y de forma horizontal, aunado a la carencia de una planificación del nivel regional. Aun así la Política Nacional de Ordenamiento Territorial, del Ministerio de Vivienda y Asentamientos Humanos (MIVAH), es un instrumento valioso para avanzar en este proceso. Para este análisis, Quirós hace un recuento cronológico de las diferentes políticas relacionadas a este tipo de vivienda en el país, que van desde los años 40s del siglo XX, hasta los inicios de la administración Solís Rivera (2014-18), referentes a la legislación y a la creación de instituciones con el fin de atender la situación de la vivienda de bien social y la problemática de la vivienda de la clase media, complementando con datos estadísticos de diferentes ministerios, instituciones y organizaciones nacionales. Dando énfasis en los siguientes subtemas: surgimiento de instituciones públicas para atender las necesidades de vivienda, la vivienda en el marco de la creación del sistema nacional del hábitat humano, el sector de la vivienda en costa rica, servicio financiero nacional de la vivienda (SFNV) social y el bono de la vivienda, características y distribución geográfica. Como consideraciones finales la autora indica que existen esfuerzos importantes en la política pública para promover la integración de la vivienda con el ordenamiento territorial y asentamientos humanos, que el tema vivienda de bien social, posen una amplia normativa y se cuenta con un sistema financiero estratificado en bonos individuales y colectivos. Aun así la carencia o desactualización de los planes reguladores limitan la capacidad de planificación territorial. Por otra parte se ha propiciado

un modelo de urbanizaciones para todos los estratos sociales, y condominios para las clases altas. Manteniendo siempre el modelo de crecimiento urbano horizontal, con las tendencias inmobiliarias de viviendas alejadas de la ciudad, desaprovechando el potencial de servicios y centralidades que ofrecen las áreas urbanas, propiciando la degradación de los recursos naturales. También que se deja en manos de desarrolladores las decisiones que determinan el tipo de oferta disponible en el mercado (tipología de la vivienda) y el lugar donde será satisfecha la demanda por viviendas. Se tiene un sector de la clase media que se incorpora recientemente como una prioridad de atención, dado que no tiene acceso a la vivienda, tanto como por la disponibilidad de recursos como la oferta inmobiliaria disponible.

En el capítulo denominado, “Planes de sostenibilidad turística para el turismo rural comunitario de Costa Rica: metodología para su elaboración”, los autores, Alvarado y Miranda, presentan una sistematización de la metodología diseñada e implementada en los proyectos de extensión universitaria, en la Escuela de Ciencias Geográficas de la Universidad Nacional de Costa Rica (UNA), para la elaboración de planes de sostenibilidad en iniciativas de Turismo Rural Comunitario (TRC). Al inicio hacen referencia a la evolución del turismo costarricense, donde los procesos de transformación de la actividad turística desde la década de los años 80s, llevó al surgimiento del turismo sostenible, que de pasó permeó en las comunidades rurales, por medio del TRC, situación que justifica la implementación de esta metodología. En cuanto al referente conceptual, los autores, se centran en definiciones relacionadas al de desarrollo sostenible, el cual fue utilizado por primera vez en 1987 por la Organización de las Naciones Unidas (ONU), como el de turismo sostenible, definido por la Organización Mundial del Turismo (OMT) y Raintforest Alliance, además del concepto de Buenas Prácticas de Sostenibilidad Turística, de acuerdo a diferentes guías nacionales e internacionales. Por su parte el contenido de dicha metodología, se basa en la norma del Certificado de Sostenibilidad Turística (CST), decretadas por el Instituto Costarricense de Turismo (ICT), establecida por Decreto Ejecutivo en mayo de 1998 y en la Ley del Fomento del Turismo Rural Comunitario (Ley N.º 8724), del 1 de Octubre de 2009. En los resultados, presentan los diferentes procesos para la aplicación de esta metodología, como son: inserción en la comunidad, inducción, evaluación, acompañamiento, campañas comunitarias y finalmente el diseño del plan de sostenibilidad, que se ilustran con datos, derivados de los procesos participativos

comunitarios. Como consideraciones finales de la investigación, indican que los planes de sostenibilidad, son una herramienta que permite cumplir con las exigencias de la demanda turística a nivel nacional e internacional, además estos son el primer paso para optar a cualquier certificación de sostenibilidad y que también facilitan la creación de encadenamientos locales y articulaciones interinstitucionales.

El capítulo “Geografía de las juventudes: corporeidad y espacialidad urbana”, presentado por la máster Iliana Araya Ramírez, tiene como objetivo analizar las perspectivas teóricas en la construcción de la espacialidad urbana desde la corporeidad y las emociones por parte de las personas jóvenes. Porque los abordajes de la geografía de la juventud han sido poco estudiados, a pesar de ser el mayor grupo demográfico. La juventud es una categoría de análisis de lo social, situada en un tiempo histórico particular y en un espacio cultural definido; donde los jóvenes son una construcción sociocultural de determinada sociedad que se expresa en sus prácticas sociales y culturales. Este grupo etario se apropia de los espacios que devienen en lugares en la cotidianidad, la experiencia de habitar los lugares conforma un conjunto de relaciones, y a la vez, éstas se explican por las estructuras y las prácticas socio-espaciales de cada ciudad en particular. De acuerdo a la localización geográfica, la juventud participará en la vida urbana para apropiarse de los lugares, aunque algunas veces podrá ser excluido de estos (Horschelmann y Van Blerk, 2013). En la primera parte de este capítulo se aborda la espacialidad urbana desde la perspectiva de la juventud y su diferenciación según sean sus características respecto al género, la clase y el lugar de precedencia. En el segundo apartado se conceptualiza al espacio público y su función social como un lugar donde la juventud establece relaciones sociales a partir de las cuales cimenta su espacialidad; destaca la importancia de la alfabetización callejera como parte de las formas de apropiarse de los lugares. En el tercer apartado plantea la relación entre corporalidad, espacialidad y emociones y la forma que esta deriva en prácticas socio espaciales, ya sea de permanecer o desplazarse; en este sentido la experimentación del lugar deviene de la actuación y la convivencia en la ciudad. Finalmente, el último apartado se propone las relaciones proxémicas en las escalas de la espacialidad urbana elaboradas a partir de las relaciones sociales que inician en la escala del cuerpo, la casa, la calle, el barrio, la ciudad y el ámbito metropolitano. Como consideraciones finales la Máster Araya, plantea que la juventud como categoría de análisis constituye un constructo socio cultural que está expresada en sus prácticas socio espaciales donde articulan

los espacios públicos de las ciudades. La espacialidad urbana respecto al uso del espacio público presenta variantes según sean las escalas de proximidad, donde la centralidad de la calle asume rasgos definitorios en la construcción de la espacialidad urbana porque constituye un lugar de aprendizaje. Aunado a lo anterior la aceleración de la sociedad actual en la expansión del sistema capitalista transforma las dimensiones espacio temporales; también cambian las nociones de proximidad. Si bien la espacialidad urbana está configurada en diferentes escalas de proximidad, también hay un recorrer biográfico que inicia en la infancia. Finalmente, las formas de apropiarse del espacio están asociadas con aquellas maneras de pertenecer y relacionarse con los lugares.

El capítulo “El ordenamiento del territorio y los procesos en la elaboración de planes reguladores en Costa Rica”, presentado por la máster Lidia Orias Arguedas analiza los conceptos de espacio y territorio como categorías de análisis desde la geografía y sus aportes a la planificación y ordenamiento del territorio, como preámbulo para describir la forma como estos son concebidos en Costa Rica desde las instituciones públicas y el marco jurídico que los acuerpan. Se analizan los factores que influyen en los largos procesos de elaboración y aprobación de los planes reguladores en Costa Rica, tanto en la planificación como en el ordenamiento del territorio, la inacción supera las expectativas para los actores sociales o agentes institucionales que lo enfrentan. Plantea como la orientación de ocupación y manejo del territorio, debe ser competencia del Estado y desde los gobiernos locales, desde la política pública como ordenanza y el marco legal que la refuerza. En Costa Rica el Ordenamiento Territorial (OT) suele considerarse como un rol de las municipalidades, que deben respetar el marco institucional y jurídico vigente, este último establece quiénes son sus responsables en la formulación de planes de OT; el plan regulador se constituye en el modelo de OT en Costa Rica a nivel municipal. El plan regulador como Instrumento de Ordenamiento Territorial, establece las bases y las directrices de la planificación y gestión de nivel local, siendo necesario una gestión sistemática de sus recursos económicos y humanos dirigidos a materializar el ordenamiento o la planificación del territorio. Muchos planes reguladores no se implementan por la carencia en la gestión de los recursos y medios para lograr los objetos de los planes. La autora presenta además una cronología de la suma de procedimientos del marco jurídico administrativo, político y técnico, para la elaboración y aprobación de planes reguladores en Costa Rica, resaltando el rol en la planificación urbana a escala nacional del Instituto de vivienda y

urbanismo (INVU), y el ordenamiento del territorio (OT) es función de los gobiernos locales, según estipula la Ley de planificación urbana N.º 4.240 del año 1968, de elaborar y ejecutar sus planes regulares. Así otras instituciones en la financiación y apoyo logístico y de capacitación como Instituto de Fomento y Asesoría Municipal (IFAM) y el Ministerio de planificación nacional y política económica (MIDEPLAN). Se retoma el rol de Secretaria Técnica Nacional Ambiental (SETENA) en la aprobación de la Variable ambiental, la cual contempla en su procedimiento técnico el estudio tres etapas: Índices de Fragilidad Ambiental (IFA), Análisis de Alcance Ambiental (AAA) y el Reglamento de Desarrollo Sostenible (RDS). Además los procedimientos técnicos del Sistema de Nacional de Riego y Avenamiento (SENARA) y la directriz para la elaboración de la Metodología de estudios hidrogeológicos y los términos de referencia para planes reguladores. En el documento se resaltan los esfuerzos por la “flexibilización” para la aprobación de los planes reguladores; como el balance entre la viabilidad técnica y política; dado los intentos fallidos por lograr la aprobación de los mismos en los cantones del país. Se describen las etapas de elaboración de los estudios de planes reguladores, una vez aprobada la variable ambiental, de acuerdo al Manual de Planes Reguladores como Instrumento de Ordenamiento Territorial, del INVU: Fase de Análisis y Diagnóstico, Fase de Pronóstico, Fase Propositiva y Fase de Implementación (gestión). Proceso que culmina con la convocatoria a una audiencia pública y la aprobación de la Dirección de Urbanismo del INVU. La autora concluye que es un privilegio desde la Geografía la profundización de los conceptos teóricos trascendentes como el espacio, el territorio y su planeación y contribuir con los aportes teóricos y metodológicos a la planeación del territorio. Sin embargo la burocracia administrativa impiden que estos procesos de planificación se concreten en propuestas concretas de ordenamiento del territorio.

El capítulo “Modelos de zonificación urbana y su implementación en Costa Rica”, presentado por el Licenciado Omar E. Barrantes Sotela; discute las principales líneas de pensamiento que intervienen en la construcción de una zonificación urbana; analiza para el caso de Costa Rica la implementación de este instrumento en los diferentes procesos de planificación y las características que presenta, así como los inconsistencias y violaciones más comunes a esta normativa. El autor plantea las funciones de la zonificación urbana como instrumentos de regulación en el Ordenamiento Territorial; los diseños de zonificación que se orientan tanto por la regulación, el control y establecer

patrones de densidades constructivas; así como por la forma y la capacidad de enlazar usos múltiples o mixtos que pueden ser compatibles, creando lugares más confortables para habitar. Estas nuevas prácticas de planificación incluyen un diseño urbano con desarrollo compacto de usos mixtos, protección de áreas naturales y agropecuarias, así como la incorporación de la gestión del riesgo por afectaciones de amenazas (antrópicas y naturales), que incluyen la mitigación del impacto por cambio o variabilidad climática. Una de las principales críticas a la zonificación, se deriva de separar el territorio en zonas según su función predominante o por necesidad de control especial. Su diseño no necesariamente ocurre mediante criterios claros que faciliten las labores de gestión. Como alternativas de regulación urbana los profesionales proponen enfoques que incluyen criterios calidad de vida de los habitantes de un área urbana, a través de la inclusión y mixtura de usos, así como controlar el tamaño y el desarrollo urbano disperso de las áreas periurbanas. En el artículo se desarrollan cinco métodos de regulación urbana según su fundamentación básica: la zonificación por rendimiento, la reglamentación de zonas con derechos de desarrollo transferible, zonificación por incentivo, el modelo de control y administración del crecimiento y por último la regulación por crecimiento inteligente. Se documenta además los modelos de zonificación implementados en Costa Rica; los primeros esfuerzos de zonificación en 1949, la Ley N.º 1.788 que crea el Instituto Nacional de Vivienda y Urbanismo (INVU) y su suplemento la Ley Planificación Urbana N.º 4.240 en 1968; con lo que se inicia formalmente la planificación urbana en Costa Rica. Las posteriores propuestas: Plan GAM-82, el PRUGAM (2008-2030), Plan de Ordenamiento Territorial de la Gran Área Metropolitana (POT/GAM 2011-2030), el Plan GAM 2013-2030; propuesta esta última que surge ante el fallido intento de aprobación de las anteriores. El autor concluye que a pesar de las propuestas alternativas de zonificación urbana, el abordaje más utilizado en la regulación urbana es el de prueba y error, que se evidencia en como los enfoques alternativos de zonificación se originan, es decir del análisis de los resultados empíricos. Sin embargo, a pesar de que este proceso constructivista no es muy buen visto por un grupo de académicos y especialistas de diversas disciplinas y ciudadanos en general; esta ha sido una respuesta pragmática, al entender que la dinámica urbana sobrepasa la capacidad de gestión que tiene la misma sociedad sobre los espacios que habita y transforma.

El capítulo “Esbozo con perspectiva geográfica de los estudios sobre la ciudad, el espacio y las cuestiones urbano-regionales en América Latina”, presentado por el Dr. Omar Arrieta Chavarría; presenta un esbozo de las publicaciones realizadas en América Latina, de los estudios relacionados con la ciudad y las cuestiones urbanas; el urbanismo y la planificación; y la cuestión urbana regional y el ordenamiento del territorio. Esto con el objetivo de comprender las experiencias logradas en esta materia, aprender de ellas, y reorientar y fortalecer la producción científica sobre estos temas particularmente en Centroamérica. Para estudiar este tema, se identificó algunas instituciones que se destacan por su trayectoria en el campo de la investigación científica y técnica en la temática, se incluyen algunos centros académicos que se ocupan de estos problemas con el fin de sintetizar las principales líneas de trabajo; en el caso brasileño, dado la magnitud de los estudios relacionados se tomó una muestra significativa de universidades, departamentos e institutos brasileños que se dedican al análisis científico y técnico de estos temas. Se realiza además una revisión crítica, detenida de los artículos y textos de la extensa producción que desde diversas disciplinas se ha producido, y que son las líneas fundamentales de trabajo en América Latina. En la exposición, el texto se dividió en tres acápites, el primero hace un repaso de aportes teórico metodológicos sobre la ciudad y el espacio urbano regional vistos desde la geografía; la segunda es una revisión de las cuestiones urbano-regionales y una síntesis de los temas recientes en el ámbito de la geografía con enfoques posmodernos y socio críticos; la tercera es una reflexión de los aportes y posibilidades futuras en las investigaciones de este tipo con miras a enfrentar los retos que se tienen en el campo de las ciencias sociales vinculadas al análisis del espacio geográfico, la ciudad y la cuestión regional, asuntos que interesa profundizar en el caso centroamericano.

Rio de Janeiro e Heredia, outono-primavera de 2018.